

## ***DIÁLOGOS E CONFLITOS: Dom Helder Camara e o Governo na Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1970)***

## ***DIALOGUES AND CONFLICTS: Dom Helder Camara and the Government in the Brazilian Civil-Military Dictatorship (1964-1970)***

Márcio André Martins de Moraes<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo aborda a complexa relação entre Dom Helder Camara e o governo brasileiro durante os primeiros anos da ditadura civil-militar (1964-1970). O problema central é desmistificar a ideia de que a Igreja Católica, e Dom Helder em particular, sempre se opuseram aos militares, mostrando que houve um período inicial de aliança e colaboração. O desenvolvimento dessa pesquisa alicerça-se na análise de documentos como as cartas circulares do referido religioso, artigos de jornais da época e outras fontes. O texto explora a evolução da relação de Dom Helder com o regime, desde a cooperação inicial até ao surgimento de tensões e rupturas. Examina também a influência do Concílio Vaticano II e da doutrina social da Igreja nas suas ações, bem como a criação e funcionamento da Operação Esperança. O artigo conclui que, apesar dos seus esforços iniciais, Dom Helder acabou por se confrontar com o regime civil-militar, tornando-se uma voz crítica.

**PALAVRAS CHAVE:** Dom Helder Camara; Igreja Católica; ditadura civil-militar; Desenvolvimento

**ABSTRACT:** This article examines the complex relationship between Dom Helder Camara and Brazil's government during the early years of the civil-military dictatorship (1964-1970). It challenges the notion that the Catholic Church, particularly Dom Helder, consistently opposed the military, revealing an initial alliance and collaboration. The research analyzes documents, including Dom Helder's circular letters, newspaper articles, and other sources. The text explores the evolution of Dom Helder's relationship with the regime, from initial cooperation to emerging tensions and ruptures. It also examines the influence of Vatican II and the Church's social doctrine on his actions, as well as the creation and operation of Operation Hope. The article concludes that, despite initial efforts, Dom Helder ultimately confronted the civil-military regime, becoming a critical voice.

---

<sup>1</sup> Márcio André Martins de Moraes é Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP); professor efetivo da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco e professor substituto do Departamento de Educação e Currículo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Contato: [marcio\\_historiausp@alumni.usp.br](mailto:marcio_historiausp@alumni.usp.br)

**KEYWORDS:** Dom Helder Camara; Catholic Church; Civil-Military Dictatorship; Development

## INTRODUÇÃO

Depois de sessenta anos do golpe civil-militar que interrompeu o regime democrático brasileiro, em 1964, vivenciamos atualmente no país várias tensões em torno dos sentidos interpretativos desse recorte histórico.<sup>2</sup> A História do Tempo Presente e a História Pública oferece as condições necessárias para debater a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) enquanto um tema que ainda suscita discussões e conflitos no campo político. Esse momento da história nacional continua apresentando cicatrizes abertas, que atingem familiares e amigos de muitos que sofreram com os poderes repressivos e vigilâncias do Estado, que em várias circunstâncias, pautaram-se em bandeiras de combate ao comunismo.

Considerando esse cenário, como proposta para este artigo, discutiremos como nos primeiros anos da ditadura civil-militar, o então Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife, Dom Helder Camara (1909-1999) procurou construir junto com representantes do golpe as condições necessárias para a implantação de projetos de desenvolvimento socioeconômico para o nordeste brasileiro.<sup>3</sup> Com isso, buscaremos desnaturalizar uma visão de que o religioso em questão e parte da Igreja Católica, considerada progressista, sempre foram opositores dos civis e militares golpistas.

Em uma breve biografia, destacamos que o cearense Helder Camara foi ordenado sacerdote católico em 15 de agosto de 1931, sendo transferido de Fortaleza, Ceará, para o Rio de Janeiro no ano de 1936. Permaneceu em território carioca até o ano de 1964, chegando a ocupar a posição de Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, sob as ordens do Cardeal Dom Jaime Câmara. Entre os anos de 1964 e 1985, Dom Helder Camara ocupou o arcebispado em Pernambuco, tornando-se um dos personagens de maior destaque na Igreja

---

<sup>2</sup> A escolha da classificação de *golpe civil-militar* para o processo que interrompeu o mandato de João Goulart, colocando generais-presidentes eleitos indiretamente no lugar, pauta-se nas reflexões dos historiadores Marcos Napolitano, René Armand Dreifuss e Daniel Aarão Reis. Segundo esses autores, o referido termo adequou-se bem ao desenrolar das tramas políticas que culminaram na tomada de poder na madrugada de 31 de março para 01 abril de 1964. Nas pesquisas desses autores, o golpe mobilizou tanto alas das Forças Armadas, como setores da sociedade civil – políticos, intelectuais, empresários, membros do clero protestante e católico e parte de uma crescente classe média. Por esse motivo, o termo mais adequado é golpe civil-militar e não apenas golpe militar. (Dreifuss, 1981; Reis, 2014; Napolitano, 2014)

<sup>3</sup> Adotaremos na nossa escrita o nome original de Helder Camara sem os sinais de acentuação.

Católica Apostólica Romana no Brasil e no mundo, principalmente por causa das tensões em que ele se envolveu frente ao governo civil-militar no país.

No decorrer das décadas de 1950 e 1960, Dom Helder Camara dedicou-se a discursar sobre a necessidade da Igreja Católica se posicionar frente aos problemas socioeconômicos e estruturais dos países pobres. Lembrando que para o referido arcebispo, apenas com a presença da Igreja que um desenvolvimento integral seria viável de ser implantado no país. Em uma entrevista concedida à Helena Salem, publicada no livro *A Igreja dos oprimidos*, D. Helder falou:

Eu já começava [em 1952] a entrever que muito mais grave do que o choque entre o Leste e o Oeste era distância cada vez maior entre Norte e Sul, entre países desenvolvidos sempre mais desenvolvidos e a grande massa metida na pobreza sempre, na marginalização (Salem, 1981, p.105).

Mesmo não abandonando por completo o anticomunismo, ele adotou o tema do desenvolvimento como cerne de boa parte de seus discursos e ações sócio-político-pastorais na década de 1960.

O termo desenvolvimento integral, com base as fontes documentais, corresponde a um entendimento que um projeto de desenvolvimento não poderia desconsiderar nenhuma área da vida humana, sendo ela material ou incorpórea. Desse modo, o desenvolvimento deveria abranger tanto questões sociais e econômicas, como também espirituais. Relevante destacar, que, para a confecção dessa compreensão, Dom Helder recebeu influências de intelectuais como Jacques Maritain, com o humanismo integral, e do Padre Louis Joseph Lebret, com a perspectiva de uma economia humanitária (Maritain, 1962; Lebret, 1960; 1964).

Assim, para esse texto, estabelecemos como fio condutor de nossa narrativa discutir como Dom Helder Camara percebeu inicialmente de forma positiva as mudanças políticas do Brasil com o golpe civil-militar, em 1964, considerando ser o momento adequado para o debate em torno de projetos de desenvolvimentos socioeconômicos para regiões pobres do país. Ao mesmo tempo em que buscarmos entender como as propostas desenvolvimentistas eram apresentadas e defendidas a partir de articulação de alianças entre a Igreja Católica e o Estado, tendo como motivador o combate a uma suposta ameaça comunista.

## 2. OS PRIMEIROS ANOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR E DA ADMINISTRAÇÃO DE DOM HELDER CAMARA NA ARQUIDIOCESE METROPOLITANA DE OLINDA E RECIFE (1964-1966)

Como decisão para a confecção de nossa narrativa histórica, nesse momento, escolhemos analisar a produção escrita e a criação de uma rede de diálogos entre Dom Helder e os interlocutores no Brasil e em outros países, isso nos dois primeiros anos depois do golpe civil-militar, 1964. Abordaremos, principalmente, os meses interconciliares, ou seja, o tempo em que ele não estava em Roma participando do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965).<sup>4</sup> Consideramos esse período pertinente a partir do momento em que localizamos no início de 1966 um ponto em que as fissuras das relações entre o arcebispo em questão e o regime ditatorial imposto pelos militares tornaram-se mais evidentes.

Enquanto participava das reuniões nas comissões conciliares, no mês março de 1964, Dom Helder Camara recebeu a notícia pela rádio do Vaticano de que ele era o novo Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife. Retornando ao Brasil, depois de sua estadia em Roma, onde Dom Helder Camara tinha participado dos preparativos para o terceiro período do Vaticano II, o cenário político do país tinha passado por profundas mudanças com a realização do golpe civil-militar na passagem do dia 31 de março para o dia 01 de abril de 1964. Chegando a Pernambuco, onze dias depois do golpe, Dom Helder Camara iniciou suas atividades como Arcebispo de Olinda e Recife, onde permaneceu à frente da arquidiocese até 1985.

Ao seu lado, como Bispo-Auxiliar, estava Dom José Lamartine, aliado nas atividades políticas, sociais e religiosas de Dom Helder (Alencar, 1994; Marin, 2002). Na carta circular nº1,<sup>5</sup> escrita já no Recife na madrugada do dia 11 para o dia 12 de abril, Dom

<sup>4</sup> Desse modo, entre os anos de 1962 a 1965, a Igreja Católica vivenciou um processo de reformulação a partir do Vaticano II, considerado por muitos pesquisadores e religiosos como um dos principais acontecimentos do catolicismo no século XX.<sup>4</sup> O Concílio, em linhas gerais, foi uma ampla assembleia consultiva e deliberativa, com o objetivo de proporcionar as condições necessárias para criação de uma Igreja apta a enfrentar as peculiaridades do mundo moderno e de criar diálogos de aproximação com leigos católicos e não-católicos. Em meio aos debates, formulações de propostas e de reestruturações das relações e ensinamentos do catolicismo – dentre os quais Dom Helder Camara desempenhou um papel importante – o objetivo era construir um lugar de ação para Igreja Católica no mundo moderno. Algumas alas de clérigos, como no caso os que atuavam na América Latina, procuraram incluir nas pautas a necessidade e uma Igreja atuante frente aos problemas socioeconômicos que afigiam vários países. (Beozzo, 2001; Moraes, 2020; 2021)

<sup>5</sup> Com a abertura do Concílio Ecumênico Vaticano II, em 11 de outubro de 1962, também teve início a prática de escritas das cartas circulares durante as madrugadas de oração do Arcebispo Dom Helder Camara, ritual de vigília que se repetiu até o ano de 1982. A prática dessa escrita de si, correspondendo no decorrer de

Helder destacou que, quando ainda estava no Rio de Janeiro, antes da viagem, teve um encontro com Dom Eugênio Sales e o General Humberto Castelo Branco, cujos temas discutidos neles foram o anticomunismo e as ações sociais que alguns sacerdotes católicos realizavam nas comunidades pobres do país (Camara, 2009a).

Com a escalada dos militares e dos aliados civis no poder político do país, em 1964, um dos primeiros atos de interferência, em âmbito estadual, foi a prisão e deposição de Miguel Arraes e Pelópidas da Silveira, respectivamente governador de Pernambuco e prefeito do Recife. A acusação utilizada pela junta militar, que tomou de assalto o poder no Brasil, com apoio de parte da sociedade civil, como exposto anteriormente, foi que ambos deveriam perder os cargos pelos quais foram eleitos democraticamente por serem considerados subversivos, ou seja, comunistas por aqueles que estavam à frente do golpe civil-militar (Silveira, 2004).

Nesse cenário, com a reformulação do quadro de líderes do executivo estadual, Dom Helder Camara chegou à Recife ao lado de Paulo Guerra, escolhido pelos militares para o cargo de governador do Estado, e sendo recepcionado por Augusto Lucena, que, na mesma condição de Paulo Guerra, assumia a prefeitura da capital, e pelo general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército. Na mesma carta circular, primeira escrita em Pernambuco, Dom Camara também narrou que percorreu a cidade em carro aberto e seguido por batedores da polícia. Esse percurso, segundo o mesmo, foi acompanhado por moradores da cidade que saíram às ruas para receber o novo Arcebispo (Camara, 2009a).

Em seu primeiro pronunciamento público, – depois de ser conduzido pelas ruas da cidade e chegando até à Praça da Independência, local de sua primeira celebração como Arcebispo de Olinda e Recife – Dom Helder Camara leu um longo discurso de dez páginas. Acompanhando a cerimônia, um jornalista do *Diário de Pernambuco* destacou que antes de ler seu texto, ele falou de improviso, ressaltando que teve o cuidado de escrever o primeiro discurso porque sabia do momento tenso no campo político e para evitar enganos e boatos, preferia ler (*Diário de Pernambuco*, 12.04.1964, p.3).

Retomando a primeira carta circular, de 11 e 12 de abril de 1964, observamos também que Dom Camara teve o cuidado de registrar que, antes da divulgação do seu primeiro texto em Pernambuco, ele apresentou o discurso ao Secretário Regional dos

---

aproximadamente vinte anos ao total de 2.122 missivas, indica-nos uma leitura subjetiva do referido religioso sobre a realidade que o cercava e das perspectivas de futuro. Essas cartas eram enviadas a um grupo de interlocutores, formados principalmente por mulheres, que trabalharam com ele no Rio de Janeiro (1936-1964) e no Recife (1964-1982).

Bispos do Nordeste, Dom Eugênio Sales, ao Núncio Dom Armando Lombardi e a alguns amigos. Segundo essa missiva, todos tinham aprovados o conteúdo do texto. Depois disso, o discurso foi reproduzido e enviado para a imprensa nacional e cópias em francês e inglês para os meios de comunicação internacionais (Camara, 2009a).

No discurso de posse, Dom Helder Camara destacou que a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) possuía a capacidade de começar um desenvolvimento de caráter nacional e, também, poderia figurar como articulador entre as regiões Sul e Nordeste do país, possibilitando assim a estabilidade necessária para as reformas de base, agora sob um clima político favorável com o afastamento de João Goulart e com o novo *status quo*. Coerentemente com outros religiosos católicos da época, Dom Camara não deixou de escrever que os militares ao assumirem o poder executivo do país, contribuiriam nos combates às supostas ameaças comunistas ou, pelo menos, colocariam um fim às instabilidades políticas do Brasil. Interessante notar o comentário do Arcebispo de Olinda e Recife de que os trabalhos sociais e denúncias contra a pobreza não deveriam ser confundidos com o comunismo.

No dia seguinte à sua chegada e ao discurso feito na Praça da Independência, Dom Helder Camara assumiu oficialmente a Arquidiocese em uma cerimônia na Catedral de Olinda, junto a autoridades da Igreja Católica, militares, políticos civis, empresários e de outros fiéis católicos. Depois da cerimônia religiosa de posse de D. Camara, arcebispos e bispos do Nordeste se reuniram e produziram uma declaração conjunta que expunha naquele momento a posição da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e dos Bispos do Nordeste frente ao cenário político nacional (Diário de Pernambuco, 14.04.1964, p.8).

No artigo: *Bispos Nordestinos dizem que Igreja está desvinculada de Regimes e Governos*, publicado no *Diário de Pernambuco*, foi apresentado aos leitores informações sobre o encontro e o documento produzido pelos bispos reunidos em Pernambuco. No caso, aproveitaram os eclesiásticos para reafirmar a relevância do Plano de Emergência da CNBB e a necessidade de sua ampliação, considerando para isso os debates efetuados no Vaticano II. Ainda nessa reunião, aspirando à aplicação de uma Pastoral de Conjunto, os religiosos destacaram a necessidade de uma ação que renovasse e legitimasse, por parte do episcopado, o apoio à Ação Católica Brasileira (ACB) e ao Movimento de Educação de Base (MEB).

Ao mesmo tempo, os religiosos disseram que a Igreja não estava disposta a se vincular a nenhum regime político/ideológico ou governo em particular. No entanto, deixaram claro que estavam ao lado daqueles que defendessem os interesses da Pátria e, principalmente, do Nordeste do país. Em contrapartida, a suposta ameaça comunista ao ser anulada com o golpe civil-militar, a Igreja se colocava no lugar de apresentar a necessidade de reformas de base em alicerces cristãos, destacando que: “Sabemos que elas não podem vir perfeitas e completas. Aplaudimos cada passo que for dado, com a condição de levar até o fim o desejo de dar ao povo brasileiro condições de vida social e econômica conforme o Evangelho.” (Ibid, p.8)

A receptividade, em Pernambuco, ao arcebispo Dom Helder Camara, por parte não apenas do clero e dos fiéis católicos, mas também de autoridades políticas do campo civil e militar, indicava um contato amistoso a princípio. Importante salientar, que a Igreja Católica apoiou o golpe civil-militar, corroborando com o argumento usado na época que se tratava de um contragolpe, tendo em vista que o país está sob uma suposta ameaça comunista.

### **3. ALIANÇAS ENTRE O ESTADO E A IGREJA CATÓLICA: AS ARTICULAÇÕES DE DOM HELDER CAMARA JUNTO AO GOVERNO DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1966)**

Em junho de 1964, dois meses depois do golpe civil-militar, a CNBB apresentou um texto com o posicionamento oficial, do qual destacamos o seguinte trecho:

Atendendo à geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa terra. [...] Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de sua vida, se levantaram em nome dos supremos interesses da nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente. (Löwy, 2007. p.305)

Mesmo que nem todos os membros do clero estivessem apoando abertamente a situação política do país com a interrupção do Estado democrático de direito, em um primeiro momento observa-se uma adesão e/ou alívio por parte dos representantes da Igreja Católica com o golpe civil-militar. Uma oposição aos militares começou a se fortalecer

posteriormente, aqueles envolvidos foram classificados como progressistas – mesmo que a definição nunca tenha sido bem estabelecida – e tidos como católicos de esquerda ou, simplesmente, de comunistas/socialistas.

Nessa arena política e social de relações paradoxais e complexas, Dom Helder Camara procurou, nos dois primeiros anos como Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife, construir condições para se discutir projetos de cunhos desenvolvimentistas para o Nordeste brasileiro. Nesse momento, segundo a documentação analisada, o religioso em questão atuava no intuito de articular forças governamentais de civis, militares, iniciativa privada, religiosos e a sociedade civil no objetivo de concretizar planos de desenvolvimento da região nordestina, marcada pela miséria e desigualdade.

Dois fatores foram relevantes para a criação da atmosfera de mudanças que marcaram a chegada de Dom Helder Camara a Pernambuco e das suas primeiras tentativas de aplicações de projetos sociais. Inicialmente, entre os anos de 1964 e 1966, o país passou por transformações administrativas, com o golpe civil-militar, sendo Pernambuco, classificado naquele momento como um lugar de forte atuação das esquerdas políticas. Além disso, observam-se nesse contexto as transformações que a Igreja Católica passava com a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II.

Considerando a escolha de parte considerável dos clérigos católicos, que entendiam de forma positiva o movimento golpista das forças civil-militares, em 1964, Dom Helder Camara também tomou um posicionamento de apoio às mudanças políticas do país. Nesse cenário histórico, observamos na documentação duas abordagens que aparecem na escrita pessoal e nas falas públicas de Dom Helder nos primeiros momentos do novo governo civil-militar. No caso, encontram-se citações de cunho anticomunistas que, naquele momento, agradava tanto as alas conservadoras e religiosas, como também nos deparamos nas fontes com a defesa de que o novo governo atuaria de forma mais eficiente, evitando assim, a morosidade das estruturas burocráticas. Em uma de suas cartas, especificamente na circular nº14 de 08 para 09 de maio de 1964, ao pontuar as questões a serem abordadas na Missa de Páscoa do Militares, Dom Camara escreveu em certo momento:

Que todos se convençam:

- que a Revolução não vem para cobrir reacionarismos...  
ou ódios partidários...
- que a Revolução vem para demonstrar a validade da  
democracia,  
lugar para a inteligência,  
lugar para a justiça,

lugar para o desenvolvimento. (Camara, 2011a, p. 49)

O clima de esperanças e expectativas envolveram muitos brasileiros, incluindo o religioso estudado aqui, que esperavam que o momento fosse propício para o desenvolvimento da região Nordeste e do país. Acreditando nesse cenário de mudanças, Dom Helder procurou construir alianças junto ao governo civil e militar a partir de projetos comuns entre a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). A relação de Dom Helder com a SUDENE dava-se desde a criação desse órgão, reforçamos que este religioso atuou e pautou juntamente com os Bispos do Nordeste, na formação e fundação da Superintendência, durante o governo do então presidente Juscelino Kubitschek, no qual exerceu muitas influências.

Enquanto participava de uma comissão preparatória do Concílio, em Roma, no ano de 1964, Dom Helder Camara deu a seguinte declaração ao jornal *O Globo*:

Em meu país não existe religião oficial. Prevalece entre o Estado e a Igreja um respeito mútuo e uma leal colaboração. Conhecemos muito bem os direitos do Estado e nunca cogitaremos de ultrapassar os nossos. Preferimos pensar em termos de “serviço”. Desejamos servir a Deus e aos homens conforme ensinou Jesus Cristo. (O Globo, 08.06.1964, p.8)

No imediato pós-golpe, a Igreja Católica continuava a figurar como uma aliada do Estado, mesmo estando sob uma intervenção antidemocrática. No segundo semestre de 1964, o primeiro convênio entre a SUDENE e a Aliança para o Progresso, por meio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), disponibilizava o valor de Cr\$250 milhões e alimentos com o objetivo tanto de concluir as obras públicas na região, como também雇用nordestinos sem trabalho (Jornal do Brasil, 18.07.1964, p.12).<sup>6</sup> Na cerimônia para a iniciação desse trabalho conjunto, estavam reunidos o então Arcebispo de Natal, Dom Eugênio Sales, que também era o Diretor da USAID no Nordeste; Artur Birnes, Superintendente-Interventor da SUDENE; General Expedito Sampaio; e Dom Helder Camara, como secretário da CNBB. A Igreja, nessa ocasião, ocupava um lugar importante no convênio, pois o Secretariado Regional da

<sup>6</sup> Considerando que o salário mínimo em 1964 correspondia a Cr\$42 mil, correspondendo a referida verba a um valor de aproximadamente 5952 salários mínimos da época. Disponível em: <[chrome-extension://efaidnbmnnibpcapcglclefindmkaj/http://www.rhcontabil.cnt.br/slariominimo.pdf](http://www.rhcontabil.cnt.br/slariominimo.pdf)> Acessado em 19.05.2024.

Conferência dos Bispos, ocupado na época por Dom Helder, estava responsável pela administração da verba.

#### Dom Helder: todos devem trabalhar pró-desenvolvimento

“Trabalhar pelo desenvolvimento do Nordeste é obrigação de todos que vivemos nesta área”, disse ontem dom Helder Camara, num discurso que pronunciou após a assinatura de convenio entre brasileiros e norte-americanos, dentro da Aliança para o Progresso, para a construção de obras de interesse da região, sob a supervisão da Igreja.

Após externar a alegria pelo significado da cerimônia de assinatura do convenio, o arcebispo metropolitano de Olinda e Recife disse que trabalhar pelo “desenvolvimento do Nordeste é obrigação humana de todos que vivemos nesta área”. A Igreja Católica está ciente da quota de sacrifício que lhe cabe nesse trabalho e procura executá-lo sem outros interesses de proselitismo ou de preferência religiosa.

“Sentimo-nos – acrescentou dom Helder Camara – inteiramente à vontade para realizar esse trabalho.”

Finalizando o discurso, o arcebispo de Olinda e Recife expressou o desejo que o convento ontem assinado seja o primeiro de uma serie a unir brasileiros e norte-americanos e seu arcebispado, dentro da Aliança para o Progresso, em beneficio do desenvolvimento do Nordeste. (Diário de Pernambuco, 18.07.1964, p.3)

Observa-se como o Arcebispo Camara procurou destacar a importância da Aliança para o Progresso para o desenvolvimento do Nordeste. A Aliança para o Progresso foi criada em 1961, enquanto instrumento para consolidar a influência dos EUA frente ao avanço socialista na América Latina (Matos, 2008; Melo, 2004, p.83). Ressaltamos que em um discurso em Amsterdam, em 1965, Dom Helder considerou o investimento norte-americano como imprescindível para os países mais pobres do mundo (Camara, 1965b). No caso específico do empreendimento para o desenvolvimento do Nordeste, noticiado pelo *Diário de Pernambuco*, estava o projeto sob a administração da Igreja Católica.

Poucos dias depois do citado evento, Artur Birnes, Superintendente-Interventor da SUDENE, foi substituído pelo agrônomo e economista rural, João Gonçalves de Souza. A escolha de Souza para ser superintendente da SUDENE, mesmo surpreendendo muitos, parecia uma escolha coerente naquele momento para substituir Celso Furtado, considerado marxista. Em oposição a esses dois sujeitos históricos, Marco Aurélio Alcantara no *Informativo Econômico*, coluna do *Diário de Pernambuco*, descreveu Souza como sendo um economista com uma história de vida próxima à Igreja Católica, chegando a participar como colaborador da CNBB e, segundo esse periódico, ligado pessoalmente a Dom Helder Camara (Alcantara, 26.06.1964, p.4).

Souza participou junto aos clérigos e empresários na criação do grupo dos Bispos do Nordeste, tendo como meta a criação de um órgão planificador dos investimentos públicos federais na região Nordeste. Esse movimento, segundo o DP, foi um dos influenciadores para a criação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), que serviu de base para a SUDENE. Essa mesma coluna do jornal aproveitou para confrontar as figuras de João Gonçalves de Souza e Celso Furtado, destacando que enquanto o primeiro atuou numa perspectiva de desenvolvimento integrado, articulando questões sociais e econômicas; Furtado foi classificado como Marxista Isebiano, que defendia um desenvolvimento a partir de bases inflacionárias, pensamento que marcou os dois primeiros Planos Diretores do Nordeste.

Dom Helder Camara, em uma de suas cartas circulares, escreveu para seus interlocutores: “João [Gonçalves de Souza] se aproxima, para a luta essencial pelo desenvolvimento. Como esquecer, que esta é uma das razões principais de a Providência me ter posto aqui!...” (Camara, 2009a. p.182). Nessa citação, podemos observar dois pontos relevantes para nossa investigação histórica, no caso, a compreensão do referido arcebispo que Souza seria um interlocutor em um órgão imprescindível para o processo de desenvolvimento do nordeste brasileiro; e o entendimento pessoal de Dom Helder que empreender na retirada da região do subdesenvolvimento era a sua missão enquanto religioso. Com o José Gonçalves Souza, segundo o *Diário de Pernambuco*, o Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife teria maior facilidade para colocar em prática o convênio da SUDENE e USAID, atuando no campo da assistência social na região nordestina (Diário De Pernambuco. 28.08.1964, p.3).

Dom Helder Camara colocava-se, em várias ocasiões de sua escrita pessoal, como um articulador do convênio USAID/SUDENE/CNBB (Nordeste II) (Camara, 2009b; 2009c; 2011a). As discussões sobre projetos socioeconômicos e estruturais, análises de dados técnicos e caminhos a serem traçados e percorridos, levou o convênio citado anteriormente a propor o evento chamado: *Encontro do Nordeste com o Nordeste*, em maio de 1965. Discursar sobre esse evento e a nova imagem a ser construída para o Nordeste brasileiro se tornou uma prática recorrente na produção intelectual e na atuação pública e política do referido clérigo naquele momento.

A organização do *Encontro do Nordeste com o Nordeste* mobilizou empresários, políticos, militares e membros da Igreja Católica (Piletti, 2008). Em uma das suas cartas circulares, Dom Helder registrou os temas discutidos em uma das reuniões para o evento,

que tinha como proposta construir a imagem de um Nordeste em processo de desenvolvimento, superando a visão de uma região pobre. Na 203º Circular, escrita na madrugada do dia 17 para o dia 18 de maio de 1965, ele escreveu que na reunião do dia anterior, o tema escolhido foi a Filosofia do Novo Nordeste, que deveria elencar dez temas que servissem como bases para formações do mesmo número de comissões.

Os pontos a serem abordados no encontro foram definidos em julho de 1966, correspondendo:

A) Planejamento regional, condição para maior eficácia do planejamento nacional. (Cada Comissão terá um Presidente; um Moderador; um Expositor, encarregado de elaborar um estudo (Cr\$ 100.000) que marque a reunião, pelo senso objetivo, pelo equilíbrio, pela segurança de dados e de visão).

A primeira Comissão é vital para nós. Entendemos a necessidade absoluta do Planejamento Nacional. Mas é preciso que homens como o Roberto Campos e o Otávio Bulhões, sem sensibilidade para o Nordeste, não nos devorem... [fl.3]

B) As vantagens locacionais e os incentivos governamentais como estímulos às inversões no setor privado do Nordeste.

O Encontro daqui (1, 2 e 3 de julho próximo futuro) deverá completar e reforçar o Simpósio de S. Paulo (8 a 10 de junho) como promoção do Nordeste.

C) Complexos industriais, características do Nordeste, centros populares da industrialização regional.

Acontece que quem tem petróleo é a Bahia, Sergipe, Alagoas, quem tem sal e salgema é Rio Grande do Norte e Sergipe; quem pode fazer do açúcar sub-produto e partir para o aproveitamento industrial da cana-de-açúcar é Pernambuco; quem tem óleos vegetais variados e ricos: o Ceará, a Paraíba, o Maranhão, o Piauí...

D) Agricultura e industrialização:

a) Industrialização, expansão e a modernização do setor agrícola;

b) Agricultura, fator de expansão do mercado regional e de apoio ao desenvolvimento industrial.

E) Participação efetiva das comunidades no processo de programação e na execução dos planos de desenvolvimento.

F) Visão nova do planejamento no Nordeste: comunidades-pólos de crescimento.

G) A formação e o aperfeiçoamento de pessoal: causa e efeito do processo de desenvolvimento.

H) Sudene e Banco do Nordeste: balanço de atividades.

I) Implantação de uma infra-estrutura e a política creditícia como apoio ao processo de desenvolvimento regional.

J) Temas livres. (Comissão para dar vazão a quem tem ideias próprias a apresentar; soluções salvadoras...). Uma Comissão de técnicos selecionará os trabalhos recebidos e lhes ordenará a apresentação (Camara, 2009c, p. 106-107)

Observa-se um destrarhar por parte de Dom Helder sobre os temas que deveriam ser discutidos no citado evento. Os sentidos dos tópicos apresentados anteriormente estavam direcionados a tratar de questões locais, indicando problemas, estratégias de ação, órgãos de financiamento e outros. A especificação do processo de desenvolvimento do Nordeste contrastava com os discursos de perfil mais geral e menos objetivo, como aqueles produzidos no período do Concílio Ecumênico Vaticano II, como vimos anteriormente.

A presença de figuras como do usineiro Renato Bezerra Melo e o Fernando Moto, vice-superintende da SUDENE, aparecem na escrita pessoal do Arcebispo Dom Camara como sujeitos preocupados com os problemas das condições subumanas dos trabalhadores pobres do Nordeste e com a organização desse evento, entendido como ponta pé inicial para se resolver a questão da pobreza na região (O Globo, 06.07.1965, p.20). Além disso, nesses escritos de Dom Helder, encontra-se a informação que a residência do Renato B. Melo foi o principal espaço para as reuniões e articulações para o referido evento.

Com a realização do *Encontro do Nordeste com o Nordeste*, no início de julho de 1965, Dom Helder Camara discursou no encerramento do evento. Na análise do texto lido pelo citado religioso para empresários, políticos e militares, nós percebemos que o termo desenvolvimento recebeu um caráter mais prático, de aplicação pontual e objetiva. Abordando o avanço técnico e tecnológico do Nordeste, tendo em vista que a harmonia dos dados e avanços financeiros deveria estar também relacionada ao humanismo cristão (Camara, 1965a).

O encontro teve um público bem específico, formado por empresários e representantes do governo civil e militar, não atraindo estudantes e trabalhadores. Essa ausência chamou a atenção de Dom Helder no último dia do evento. Ao refletir em seu discurso sobre esse silêncio, destacou o religioso em questão que a falta, principalmente dos jovens, representava um problema, tendo em vista que esses ficavam afastados de debates importantes no campo do desenvolvimento e do humanismo cristão, enquanto o comunismo se alastrava pelo mundo. Ao passo que os trabalhadores, segundo o mesmo eclesiástico, precisavam deixar seus sindicatos nas mãos dos próprios operários e não de pelegos, como eram chamados aqueles que, mesmo sindicalizados, acabavam representando e defendendo os interesses dos patrões.

O convênio USAID/SUDENE/CNBB era o motivo para a realização do *Encontro do Nordeste com o Nordeste*, pois era importante saber o que fazer, como fazer e o quanto se

teria para a concretização dos projetos. Nesse caso específico, sobre o financiamento para se investir no desenvolvimento do Nordeste, Dom Helder destacou:

Amigos Empresários, o grave começará quando o Encontro terminar. O grave são os 100 bilhões que o art. 8 já assegura ao Nordeste em 1966. Em última análise, serão – só por esta via – 300 bilhões, dado que aos 100 de que abre mão, condicionalmente, o Governo Federal, se somarão mais 100 que o Banco do Nordeste assegurará, caso surja mesmo a contrapartida de 100 bilhões. É hora, sem dúvida, de reexaminar a viabilidade plena da quota da contrapartida. Mas o que parece evidente é que 1966 já põe em cheque a capacidade empresarial.

Não vamos permitir que, por inércia nossa, voltem os 100 bilhões. Quem sabe, um bom caminho, entre outros, para evitar este fracasso, será abrir mão de economias fechadas, de clãs, para integrar o maior número possível de participantes no processo de desenvolvimento (Camara, 1965a, p.1).

No entanto, o acesso a essa verba nem sempre era fácil, esbarrando na burocracia do Estado ou dos convênios acordados. Como exemplo disso, em uma carta circular, Dom Helder conta que aproveitando do seu trânsito entre membros do governo e do IV Exército, chegou a insinuar a utilização de parte do dinheiro do convênio na rede de água e esgoto de 50 cidades. Ao abordar a sua intenção de falar com o governador Paulo Pessoa Guerra, Dom Camara disse que contaria as seguintes piadas: “o dinheiro da Usaïd é como o horizonte: belo, mais inacessível” ou “com o dinheiro da Usaïd dá o inverso do que ocorre com a escala cartográfica – ao invés de um por 100 mil, 100 mil por um...” (CAMARA, 2011a, p.74). Logo depois, considerando o cenário histórico, Dom Helder disse em sua missiva quem critica a USAID muitas vezes é tratado como subversivo independente de ser civil ou clérigo aquele que fez as observações.

No decorrer dos anos, outros empreendimentos foram pensados e liderados por Dom Helder procurando articular algumas alianças em prol de um desenvolvimento socioeconômico envolvendo as ações de agências estrangeiras, governo civil-militar e Igreja Católica. Ao mesmo tempo em que outras problemáticas ganhavam espaço e foram afastando o Arcebispo Dom Helder Camara e membros do regime civil-militar que controlava o país. Os rompimentos tornaram-se mais evidentes a partir de 1966 e, por esse motivo, as propostas de ação do Dom Camara passaram por reformulações por parte da percepção do governo, como veremos nas próximas páginas.

#### 4. O CLIMA POLÍTICO NO BRASIL E A ATUAÇÃO DE DOM HELDER CAMARA ENTRE 1966 E 1970

Em 1966, por intermédio do general Antônio Carlos da Silva Muricy – comandante da 7<sup>a</sup> Região Militar do IV Exército, sediada no Recife –, Dom Helder Camara foi convidado a celebrar uma missa em comemoração à tomada de poder pelos militares. Episódio que eles, militares e parte da sociedade civil, chamavam na época de “revolução de 64”, por considerar um movimento que tinha impedido o comunismo de dominar o país. Em outras ocasiões, como observamos nas próprias circulares do arcebispo, a agenda de Dom Helder era pensada para que o religioso não estivesse no país nessas datas comemorativas do governo civil-militar, como forma de evitar os constrangimentos de negativas na recusa de tais convites. Mas, dessa vez, os militares, representados na pessoa do general Muricy, tinham praticamente intimado o arcebispo a celebrar a missa do dia 31 de março de 1966.

Por classificar, em uma de suas cartas circulares, o evento de comemoração ao segundo ano da “revolução de 64” como um evento cívico e não religioso, o Arcebispo Camara não aceitou o convite feito pelas Forças Armadas. Com essa decisão de Dom Helder, tornou-se visíveis algumas fissuras tanto nas relações que pareciam de apoio mútuo entre o governo civil-militar e o clérigo em questão, como também de seus interlocutores dentro e fora da Igreja. Esse posicionamento, segundo a escrita pessoal dele, foi incentivado em grande parte por causa da pressão de seus aliados, que pediam um ato público do Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife frente ao regime civil-militar (Camara, 2011a).

Com a negativa do Dom Camara para tal celebração, o general Muricy rompeu relações com ele e divulgou na imprensa suas impressões sobre o posicionamento que ele classificou como subversivo do arcebispo, que poderia estimular o caos social e político no país. Como descreveu o historiador Kenneth Serbin, o general Muricy pode ser percebido como um exemplo que personifica as várias características de uma ala militar que procurava construir colaborações entre o Estado e a Igreja. Amigo de vários eclesiásticos, o militar em questão era conhecido por ser um católico devoto. Segundo Serbin: “... Muricy representava uma intelectualidade subcultura militar que respeitava a Igreja por motivos políticos, religiosos e patrióticos, e queria conciliar-se com ela. Era, assim, o homem mais qualificado para fazer contato com os bispos.” (Serbin, 2001. p.21).

Depois disso, Muricy empreendeu uma campanha pública contra o arcebispo de Pernambuco, classificando-o como subversivo e inimigo da ordem social e política. Ao romper com Dom Helder, considerando que este era um dos clérigos mais influentes do país, indica-nos o grau de tensão que começa a surgir entre alguns membros da Igreja e de alas militares (Serbin, 2001). Outro momento que tensionou ainda mais as relações entre o arcebispo e seus irmãos de batina *versus* representantes do governo civil-militar foi o encontro com os Bispos do Nordeste. No caso, entre os dias 12 e 14 de julho do mesmo ano, foi realizado na casa de retiro espiritual no bairro do Beberibe, no Recife, o *Encontro Regional*, contando na ocasião com 15 bispos do Nordeste – correspondendo na ocasião aos representantes dos Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Dentre os temas abordados no *Encontro Regional*, os eclesiásticos se debruçaram a estudar os relatórios da Ação Católica Operária e da Ação Católica Rural, com intuito de adaptá-los ao Plano Pastoral de Conjunto brasileiro a realidade regional (Delgado, 2014). Os documentos da ACO e da ACR apresentavam um cenário de exploração e trabalho em condições subumanas na cidade e no campo. Ao mesmo tempo em que denunciavam a exploração dos ricos sobre os mais pobres, os membros da Igreja se preocuparam em se colocarem enquanto representantes de uma Igreja que estava aberta a todos, patrões e operários. Ao analisar e apoiar a AC, os Bispos do Nordeste entravam em uma rota direta de colisão com o governo civil-militar, que por meio do IV Exército, proibiu a divulgação do documento da ACO.

Sobre esse evento, Dom Helder Camara desabafou o seguinte em uma de suas circulares:

O IV Exército forçou o “*Jornal do Commercio*” a receber com uma agressão insólita e descabida a nota inocentíssima que resultou do Encontro de Bispos. O jornal foi proibido de publicar a nota e forçada a agredir a Igreja...

Os dois grandes jornais daqui – Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco – serão julgados com muita dureza no futuro... Acovardam-se. São uns bonecos ridículos, uns fantoches, cujos cordões um Sargento maneja... (Camara, 2011b. p.76)

Esse trecho, da circular nº 118, apresenta-nos um posicionamento mais crítico de Dom Helder tanto em relação aos militares, que atacavam os bispos, como à imprensa que se colocava como subserviente ao regime. Nesse sentido, observamos que diferente dos dois primeiros anos do golpe civil-militar, o ano de 1966 revela uma mudança nas relações entre religiosos e militares. Ao participar da produção do Manifesto dos Bispos, resultado

dos estudos do Encontro Regional do Recife, de 1966, Dom Helder Camara entrava mais uma vez em conflito com o governo civil-militar (Piletti, 2008).

No mês seguinte ao citado evento, que contou com os bispos nordestinos, veio a Pernambuco para participar da entrega de casas populares construídas pela Companhia Habitação Popular (COHAB), do então general-presidente Humberto Castelo Branco (1964-1967). Na ocasião, foi organizado um encontro entre o presidente do país, o governador de Pernambuco, Paulo Guerra, o prefeito do Recife, Augusto Lucena, e o arcebispo Dom Helder Camara, no intuito de demonstrar boas relações entre o governo e a Igreja no Estado. Sobre essa reunião, o *Jornal do Brasil* noticiou que conversaram amigavelmente sobre temas relacionados aos problemas sociais e econômicos da região Nordeste do Brasil. Segundo o periódico em questão, Dom Camara teria comentado que o presidente o tinha convidado para conversar e debater sobre propostas relativas à construção de 13 mil casas para substituir os mocambos destruídos por enchentes do rio Capibaribe, em decorrência das chuvas do mês de junho do mesmo ano (Jornal do Brasil, 16.08.1966, p.3).

Nessa ocasião, com o intuito de diluir as tensões entre a Igreja e o Estado, o então general-presidente Castelo Branco remanejou com promoções a liderança da 7ª Região Militar do IV Exército, colocando no comando o general Rafael Souza Aguiar, que, prontamente, procurou construir alianças com Dom Helder (O Globo, 14.08.1966, p.10; 25.08.1966. p.1; Piletti, 2008). Escrevendo sobre a relação do novo comando do IV Exército e o Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife, o jornalista Murilo Marroquim destacou que as mudanças se deram no intuito de amenizar o clima, mas pouco tinha sido divulgado sobre as conversas e as decisões construídas entre o presidente e Dom Camara. Esse cenário estava marcado tanto pela negativa de Dom Helder Camara de celebrar em comemoração ao golpe, em 1966, juntamente com o Manifesto dos Bispos, classificado por parte do governo como um escrito subversivo e que desafiava o governo civil-militar e seu *status quo* (Marroquim, 18.09.1966, p.4).

Desse modo, como destacou o jornalista Marroquim, a escolha do general Rafael Souza Aguiar foi fator preponderante para resolver o problema, tendo em vista a defesa do então novo comandante do IV Exército em relação à atuação do religioso em questão e ao Manifesto dos Bispos, considerado por ele um documento importante para o desenvolvimento da região nordestina. Sobre o novo clima entre Dom Helder e o general Aguiar, utilizando-se interdiscursivamente dos confrontos da Guerra Fria, Murilo

Marroquim concluiu: “Como aquele entre a Casa Branca e o Kremlin, para evitar a guerra – saudemos o novo “telefone vermelho” do Recife, entre o Palácio dos Manguinhos e a sede do IV Exército” (Marroquim, 18.09.1966, p.4).

Pacificar as relações com um representante da Igreja como Dom Helder Camara, era importante, tendo em vista o reconhecimento em âmbito nacional e internacional deste religioso. Como exemplo disso, no início de 1967, foi reproduzido no *Jornal do Brasil* o texto: *Marxistas e cristãos, diálogo comum*, do editor de religião do jornal *Le Monde*, Henri Fesquet (1967, p.8). Ao discorrer sobre uma Igreja Católica mais atuante, depois do Concílio Ecumênico Vaticano II, o jornalista em questão abordou temas sensíveis, como as preocupações do clero com os problemas relacionados às injustiças sociais, destacando em sua escrita o papel do Padre Lebret criador da *Economia e Humanismo* e do *Institut International de Recherche et de Formation Éducation et Développement* (IRFED) (Marin, 2002). Outro nome citado é o de François Perroux, preocupado com as reformulações nas estruturas do comércio internacional, com base mais humanitária (Perroux, 1967; 1979). Esses dois pensadores católicos, mesmo que nem sempre citados textualmente nos discursos de Dom Helder, eram alguns escritores que mais influenciaram as propostas desenvolvimentistas desse arcebispo.

Nesse mesmo texto, em que trata da Igreja Católica pós-Vaticano II, Henri Fesquet também destacou que o seu país, a França, tanto a parte cristã como a não-cristã, acompanhava atentamente a Igreja Católica no Brasil, principalmente os passos de Dom Helder Camara no combate às injustiças sociais. Segundo Fesquet: “O mundo inteiro tem os olhos voltados para a Igreja na América Latina” (Fesquet, 1967, p.8). Necessitando esse Continente aplicar os ensinamentos do Esquema 13 – produzido durante o Concílio Vaticano II e que ao seu final foi transformada na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (1965) – e da encíclica *Mater et Magistra* do Papa João XXIII.

Dentre as atividades de Dom Helder Camara, que podemos elencar e que nutria sua fama no país e exterior, destacamos o seu papel na criação e gerenciamento da Operação Esperança (OE) (Piletti, 2008; Marin, 2002). Iniciando suas atividades oficialmente em 06 de setembro de 1965, a partir de um programa de televisão e rádio, a OE foi pensada e articulada por ele ainda durante as atividades dele no Vaticano II. Influenciado pelo movimento de não-violência norte-americano, liderado pelo pastor protestante Martin Luther King, Dom Helder pensou em criar algo semelhante no Brasil, com adaptações na proposta de enfrentamento. Diferente das questões raciais dos EUA, o arcebispo em

questão acreditava que a pobreza era uma violência contra dignidade humana e um movimento de não-violência – destinado a defender o desenvolvimento do Nordeste brasileiro – seria o caminho viável e concreto para se pôr em prática a bagagem teórica desse pensamento pacifista.

Com o objetivo de erradicar com as condições de miséria que muitos viviam no Recife, a Operação Esperança foi pensada a partir da articulação de pessoas e órgãos com perfis distintos, mas que pudessem ser utilizadas nas ações empreendidas pelo movimento. Nesse caso, mobilizou o governo federal, estadual e municipal, clero, associações e entidades de classe, estudantes, médicos, engenheiros, sanitaristas, professores e estudantes a partir de uma postura ecumênica, contando também com membros e entidades de várias denominações religiosas (católicos, evangélicos, judeus e espíritas).

Presidido por Dom Helder Camara, a OE tinha um corpo de conselheiros consultivos formados por moradores e técnicos da iniciativa privada, da SUDENE, do governo do Estado e da prefeitura do Recife. As principais áreas técnicas eram a engenharia, a medicina e o campo jurídico. Com base em uma proposta de trabalho pautado em ajuda mútua, esse movimento deveria atuar na articulação de especialistas, populares e membros da Igreja, como no caso das mobilizações para resolver os problemas ocasionados pelas enchentes nos anos de 1965 e 1966.

Ao falar sobre a Operação Esperança, em entrevista ao *Diário de Pernambuco*, Dom Helder destacou que não se tratava de um simples movimento assistencialista e que também não estava ali para pedir dinheiro a ninguém, mesmo que não recusasse nenhum tipo de ajuda. A ideia ao criar a OE era articular todos os componentes para empreender as mudanças necessárias ao Recife, enfrentando assim a miséria da região. O cenário de crescimento econômico e divisão de riquezas da região foram assim descritos pelo arcebispo: “Sendo o lugar em que mais se acentua o ritmo desenvolvimentista nordestino, à razão até de 11% ao ano, Pernambuco, com sua capital, vê também que alguns problemas fundamentais de pobreza e miséria, por seu turno, aumentam e se agravam.” (*Diário de Pernambuco*, 05.09.1965, p.3)

Voltando um pouco no tempo, em nossa narrativa, ao retornar de um evento em São Paulo, onde tratava do tema do desenvolvimento e preparava-se para o *Encontro do Nordeste com o Nordeste*, na metade do ano de 1965, Dom Helder encontrou um cenário de caos com as fortes chuvas e, consecutivamente, cheias do Rio Capibaribe que atingiram várias comunidades carentes da capital pernambucana (Piletti, 2008). Entre as cartas

circulares de nº 223º a 228º, correspondendo ao recorte temporal do dia 15 ao dia 22 de junho do corrente ano, o que se observa é uma tentativa do arcebispo em organizar religiosos e leigos das diversas paróquias da Arquidiocese, juntamente com militares e órgãos públicos, numa força tarefa em comum. Nas cartas, observa-se a descrição de dois planos de ação frente às tragédias causadas pelas fortes chuvas. No caso, o *Plano A*, para Dom Helder, estava centrado em resolver problemas imediatos originados com as enchentes, enquanto que o *Plano B* exigiria uma maior concentração de força para se implementar um programa de desenvolvimento. Nesse clima, houve o surgimento da Operação Esperança em Pernambuco (Camara, 2009c).

Segundo uma retrospectiva do ano anterior, publicado no *Diário de Pernambuco* no início de 1966, encontra-se dados que as chuvas de 1965 afetaram direta ou indiretamente cerca de 30 mil pessoas (*Diário de Pernambuco*, 02.01.1966, p.5); enquanto que em artigo publicado no dia 01 de junho do corrente ano, observa-se que as enchentes de 1966, segundo o mesmo jornal, tiveram como consequência um número de aproximadamente 15 mil desabrigados pelas chuvas e enchentes dos Rios Capibaribe e Beberibe (*Diário de Pernambuco*, 01.06.1966, p.03). Os impactos negativos nas áreas sociais e econômicas no Recife, originados por essas chuvas, foram grandes. Dom Helder, a partir de articulações políticas e sócio pastoral, ocupou um lugar destaque na arrecadação de verbas e materiais de construção, além do protagonismo dele na distribuição, na viabilização de trabalho e na publicidade do empreendimento.

Ainda no ano de 1966, especificamente em 08 de junho, o Superintendente da SUDENE, João Gonçalves de Souza, acompanhado pelo Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais,<sup>7</sup> Osvaldo Cordeiro de Farias, encontraram-se com o general-presidente Castelo Branco para entregar o texto do decreto que regulamentava o art. 18 do III Plano Diretor da SUDENE. Segundo a definição exposta pelo *Diário de Pernambuco*, “O decreto trata de estabelecer as prioridades para absorção de recursos do Imposto de Renda que, de acordo com a Lei 4.869, foram estendidos até 75 por cento do total das inversões.” (*Diário de Pernambuco*, 08.06.1966, p.03).

Entregaram também um projeto de ação para frentes tanto na questão das secas, como dos problemas oriundos das enchentes que assolaram a região nos últimos dois anos em Pernambuco e em outros Estados nordestinos. Segundo o projeto da SUDENE, com a liberação de verbas para a reconstrução das moradias e dos bairros destruídos pelas

<sup>7</sup> Posteriormente transformado em Ministério do Interior.

enchentes do Rio Capibaribe e Beberibe, a Operação Esperança, sob a coordenação do arcebispo Dom Helder Camara, ficaria responsável pelo planejamento e realização das atividades. Essa informação sinaliza o papel do clérigo em questão na aplicação dos projetos de desenvolvimento elaborados pela SUDENE.

Nessa ocasião, Dom Helder Camara esteve presente em todo o processo de articulação das forças para enfrentar os estragos das fortes chuvas na capital do Estado, como noticiou os órgãos de imprensa da época. Interessante a complexidade desse momento, pois ao mesmo tempo em que os conflitos com alas dos militares e alguns políticos civis, observa-se nessa ocasião um trabalho conjunto do Arcebispo com órgãos de âmbitos federal, estadual e municipal. Nessa ocasião, ele foi um dos membros da Comissão da Cheia, organização responsável em discutir o grau de danos ocasionados pelas chuvas e definir quais caminhos deveriam ser tomados.

O grupo da Comissão da Cheia era formado pelo próprio Arcebispo de Olinda e Recife, juntamente com o prefeito Augusto Lucena, os secretários Walter Costa Porto e Álvaro Vieira de Melo, dentre os militares estava o coronel Clovis Wanderley, da USAID o senhor William Bear, pela SUDENE estava o assessor Carlos Arcoverde, o general Josias Ferreira, diretor do Fundo de Emergência e Abastecimento do Nordeste (FEANE), Antônio Hugo Guimarães, representante da COHAB, o padre Fernando Mello, enviado da Cáritas, e membros de várias outras religiões, sendo esse um trabalho de caráter ecumênico (Diário de Pernambuco, 08.07.1966, p.3).

Como exemplo do trabalho desenvolvido nesse momento, destacamos a FEANE, que entregou, no mês de outubro de 1966, um total de dezesseis caminhos cheios de material de construção para os moradores da comunidade do Vasco da Gama, no Recife, sob os cuidados do Padre Severino Santiago. O material de construção foi distribuído aos moradores pela Operação Esperança da paróquia, chegando a um total de 756 flagelados. No dia da entrega do material, estavam presentes funcionários da SUDENE, o diretor do FEANE, Carlos Leonardo Arcoverde, e Dom Helder Camara. A distribuição desse material, sob a responsabilidade de membros religiosos e leigos da OE, indica assim a importância dessa organização criada e coordenada pelo Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife.

A Operação Esperança assumia a função por meio de aplicabilidade dos projetos ou de discursos do arcebispo Dom Helder Camara que defendiam uma Igreja presente e disposta a contribuir com o trabalho para o desenvolvimento do país, ou no caso, do

Nordeste brasileiro. Mesmo que, em grande parte, essas atividades estivessem próximas a um assistencialismo e colaboracionismo prático com trabalhos empreendidos pelo governo por meio da SUDENE ou pelo governo do estado e/ou municipal e empresários, as atividades da OE não ficaram restritas a esse caso das enchentes, tendo um papel importante nos anos seguintes à sua implantação.

A atuação do arcebispo Camara em projetos de melhorias nas condições de vida, além de proporcionar os debates técnicos no campo econômico e de políticas públicas, aproximou o religioso de grupos de economistas e sociólogos que contribuíam com ele em suas atividades. Essas redes de relações, eram utilizadas por Dom Helder para legitimar suas atividades, como aparece no seguinte trecho de uma de suas cartas circulares:

Parto de dados que me são fornecidos por técnicos de confiança, embora saiba que é sempre possível que outros técnicos, de outras escolas e partindo de outros ângulos, cheguem bem diferentes.

Quando me apoio em dados sócio-econômico ou político-culturais, o faço sempre para chegar a conclusões pastorais. É evangelização.  
(Camara, 2013. p.85)

Dom Helder escreve isso ao responder aos Bispos em uma sabatina feita na Reunião da Comissão Central da CNBB, no mês de fevereiro de 1969, em São Paulo. Dentre os assuntos abordados, estavam as supostas imprecisões ou as “invasões” de áreas de conhecimento econômico ou sociológicos em que Dom Helder não teria as competências necessárias para tratar. Contudo, decidimos descolar essa resposta desse arcebispo aos seus irmãos de batina para destacarmos que os trabalhos tanto no campo prático, como intelectual dele, não se davam de maneiras isoladas, mas a partir de redes de relações. Alguns desses debates – como se observa nas cartas circulares – foram travados no próprio Palácio de Manguinhos nos encontros chamados, por Dom Helder, de Noitadas Teológicas. Trata-se de encontros abertos com religiosos, artistas e acadêmicos, em que a gama de temas era ampla e possibilitavam a consolidação das redes de relações dele no estado de Pernambuco (Piletti, 2008).

Assim, tanto técnicos da SUDENE, como o João Gonçalves de Souza, bem como nomes ou os trabalhos de Raúl Prebisch, Garrido Torres, Antônio Bezerra Baltar, ligados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) ou de sociólogos como Louis-Joseph Lebret e François Perroux, contribuíram nas atividades do referido Arcebispo. Evidente, que cada nome desses e suas especificidades, ocuparam papéis distintos na produção escrita de Dom Helder, desenvolvendo trabalhos que serviram como

fontes de informações e argumentos, ou interferindo pessoalmente no entendimento de Dom Camara sobre assuntos relacionados à economia, à sociologia, ao urbanismo e vários outros campos do saber. Como dito por Dom Helder, na citação anterior, esses autores e suas contribuições técnicas eram utilizados para legitimar as propostas de um humanismo cristão, inscrito numa doutrina social da Igreja, com fortes bases no Vaticano II e, posteriormente, nos debates efetuados na Conferência do CELAMs de Mar Del Plata (1966) e na II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín (1968).

Com relação às escolhas técnicas que conduziam a concepção de mundo de Dom Helder Camara, destacamos a importância dos estudos empreendidos pelos membros da CEPAL. No decorrer da década de 1960, por três vezes, ele foi convidado para ser paraninfo em turmas de formandos da CEPAL no país. Esta instituição proporcionava cursos, a partir de parcerias com a SUDENE e o BNDE, com intuito de produzir um campo de técnicos aptos a empreender os projetos de desenvolvimento para o país. Os textos de Dom Camara, nesses eventos, procuraram então apresentar a responsabilidade desses novos profissionais, que, na visão do Arcebispo, tinham a missão de contribuir para um desenvolvimento humanista e integral para os mais pobres. Sendo importante, para isso, o diálogo desses técnicos com a doutrina social da Igreja. As formações para os membros da SUDENE também faziam parte da agenda de Dom Helder, como no caso do seu discurso apresentado no I Seminário de Ação Comunitária, com o objetivo de estimular o trabalho daqueles indivíduos e comunidades envolvidas nos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento regional do país (Diário de Pernambuco, 17.12.1966, p.2; Camara, 1966).

Relevante destacar que no ano seguinte ao encerramento do Vaticano II (1965), a Igreja Católica na América Latina vivia um clima de esperanças nas mudanças propostas do Concílio. Ao mesmo tempo em que a Igreja parecia preocupada em adaptar-se ao mundo moderno, o clero e fiéis católicos sentiram a necessidade de reformular os textos e propostas construídos, durante quatro anos no Vaticano II, a realidade continental das Américas. Nesse caso, observamos uma preocupação por parte do clero, como no caso de Dom Helder Camara, em discutir o papel dessa nova Igreja de seu humanismo cristão pós-Vaticano II no processo de desenvolvimento dos países pobres que compõem o subdesenvolvimento.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o artigo demonstra a complexidade da relação entre Dom Helder Camara e o regime civil-militar brasileiro durante os anos de 1964 a 1970, um período crucial na história do Brasil. Contrariando uma visão simplista de oposição constante, o estudo revela que, inicialmente, Dom Helder procurou estabelecer alianças com o governo civil-militar, acreditando que este poderia ser um parceiro no desenvolvimento socioeconômico do Nordeste. Esta fase inicial foi marcada por uma busca por projetos conjuntos com a SUDENE e a USAID, com o objetivo de combater a pobreza e promover um "desenvolvimento integral" que englobasse tanto aspectos materiais como espirituais.

No entanto, esta aproximação não perdurou. As tensões começaram a surgir a partir de 1966, quando Dom Helder recusou participar numa missa em comemoração ao golpe civil-militar. Este episódio revelou a fragilidade da aliança e expôs as divergências entre a visão de desenvolvimento de Dom Helder e a agenda do referido regime ditatorial.

A atuação de Dom Helder foi também influenciada pelo Concílio Vaticano II, que promoveu uma igreja mais engajada nas causas sociais, e pela sua preocupação com as desigualdades e a pobreza. A criação da Operação Esperança exemplifica a sua tentativa de colocar em prática esta visão, articulando diferentes setores da sociedade para enfrentar os problemas concretos da população. Apesar da sua colaboração com a SUDENE e outros órgãos governamentais, a Operação Esperança também evidencia a complexidade da sua relação com o Estado, mostrando que o seu trabalho ia além de um simples assistencialismo.

Assim, o percurso de Dom Helder Camara durante este período é marcado pela ambivalência e pela complexidade. De um lado, houve uma tentativa inicial de diálogo e colaboração com o regime civil-militar, com esperanças de promover o desenvolvimento do Nordeste. Do outro, um crescente distanciamento e o surgimento de uma postura crítica face às ações repressivas do governo. O legado de Dom Helder, neste contexto, residia na sua capacidade de articular uma visão de desenvolvimento integral, que unisse preocupações sociais e espirituais, mesmo em meio a um cenário político turbulento. A sua trajetória demonstra as complexas relações entre Igreja, Estado e sociedade na busca por justiça e equidade no Brasil.

## 6. REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Francisco A. S. Duarte. **Dom José Lamartine**: o pastor do silêncio. São Paulo: Paulinas, 1994
- BEOZZO, J. O. **Padres Conciliares Brasileiros no Vaticano II**: Participação e Prosopografia (1959-1965). 2001. 463f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. 2001. p.27;
- CAMARA, Helder. **Circulares Interconciliares** – de 11/12 de Abril a 09/10 de Setembro de 1964. Org. Luiz Carlos L. Marques. Vol. II. Tomo I. Recife: Editora CEPE, 2009a
- \_\_\_\_\_. **Circulares Interconciliares** – de 23/24 de Novembro de 1964 a 17/18 de Abril de 1965. Org. Luiz Carlos L. Marques. Vol. II. Tomo II. Recife: Editora CEPE, 2009b
- \_\_\_\_\_. **Circulares Interconciliares** – de 18/19 de Abril a 31 de Agosto/01 de Setembro de 1965. Org. Zildo Rocha. Vol. II. Tomo III. Recife: Editora CEPE, 2009c
- \_\_\_\_\_. **Circulares Pós-Conciliares** – de 09/10 de Dezembro de 1965 a 30/31 de Maio de 1966. Org. Zildo Rocha e Daniel Sigal. 2ª. Edição. Vol. III. Tomo I. Recife: Editora CEPE, 2011a
- \_\_\_\_\_. **Circulares Pós-Conciliares** – de 31 de Maio/1º de Junho de 1966 a 26/27 de Dezembro de 1966. Org. Zildo Rocha e Daniel Sigal. Vol. III. Tomo II. Recife: Editora CEPE, 2011b
- \_\_\_\_\_. **Circulares Pós-Conciliares** – de 31 de Dezembro de 1968/1º de Janeiro de 1969 a 04/05 de Julho de 1969. Org. Zildo Rocha e Daniel Sigal. Vol. VI. Tomo III. Recife: Editora CEPE, 2013
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 92-131, 2014
- LEBRET, Louis-Joseph. **Suicídio ou sobrevivência do Ocidente?** Problemas fundamentais de nossa civilização. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1964
- \_\_\_\_\_. **O drama do século XX**: miséria – subdesenvolvimento; Inconsciência – Esperança. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1960
- LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964...)**. (As esquerdas no Brasil; v.3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 304-320, 2007

- MARIN, Richard. Dom Helder Camara: um itinerário no catolicismo brasileiro. In.: MONTENEGRO, Antonio; SOARES, Edia; TEDESCO, Alcides. **Dom Helder, peregrino da utopia:** caminhos da educação e da política. Recife: Ed. Universidade da UFPE, 123-138, 2002
- MARITAIN, Jacques. **Humanismo Integral.** São Paulo: Dominus Editora, 1962
- MATOS, E. A. O Programa "Aliança para o Progresso": o discurso civilizador na imprensa e a educação profissional no Paraná – Brasil. In: **Simpósio Internacional Processo Civilizador**, 11., 2008, Buenos Aires. Anais... Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008
- MELO, Jamildo. Guerra no campo opõe usinas e sindicatos. In.: BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo. **Na trilha do golpe:** 1964 revistado. Recife: Ed. Massangana, 148-151, 2004
- MORAES, Márcio A. M. **"VAMOS AO ÂMAGO DO PROBLEMA":** A atuação de Dom Helder Pessoa Camara na defesa de um desenvolvimento integral para os países/regiões pobres do mundo (1964-1970). 2021, Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo / Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2021
- \_\_\_\_\_. Dom Hélder Câmara no Concílio Ecumênico Vaticano II: articulações em prol de uma Igreja Católica combatente ao subdesenvolvimento dos países pobres (1962-1965) In.: MOURA, Carlos A. S. de; MARROQUIM, Dirceu; HELGEN, Erika (orgs.). **Histórias Transnacionais:** intelectuais, devações e ordens católicas na América Latina durante o século XX. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. p.209-230
- PERROUX, François. O desenvolvimento. In.: DURAND, José Carlos Garcia. **Sociologia do desenvolvimento.** Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 17-26, 1967
- \_\_\_\_\_. **O capitalismo.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1979
- PILETTI, Nelson & PRAXEDES. Walter. **Dom Helder Camara, o profeta da paz.** 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008
- SALEM, Helena. Dos palácios à miséria da periferia. In.: MOURA, Antonio Carlo (Org.). **A Igreja dos oprimidos.** São Paulo: Ed. Brasil Debates, 17-64, 1981
- SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra:** bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura militar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001
- SILVEIRA, Pelópidas. Depoimento. In.: BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo. **Na trilha do golpe:** 1964 revistado. Recife: Ed. Massangana, 71-72, 2004

## 6.1. Discursos

CAMARA, Helder. **Encontro do Nordeste – Discurso de encerramento.** Recife, Pernambuco, 1, 2 e 3 de julho de 1965a

CAMARA, Helder. “**Vamos ao âmago do problema**”. Discurso de encerramento da 2ª Conferência Europeia dos Jovens Dirigentes Cristãos de Empresas (UNIAPAC), Amsterdam, Holanda, 27 de novembro de 1965b

CAMARA, Helder. **I Seminário de Ação Comunitária.** Discurso no encerramento do I Seminário de Ação Comunitária, realizada pela SUDENE, Recife, Pernambuco, 16 de dezembro de 1966

## 6.2. Periódicos

ALCANTARA, Marco Aurélio de. Informativo Econômico. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 de junho de 1964. Cad. 1º - p.4

BISPOS Nordestinos dizem que Igreja está desvinculada de Regimes e Governos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 de abril de 1964. Cad.1 - p.8

COMISSÃO da cheia debateu situação geral da cidade. **Diário de Pernambuco**, Recife, 08 de julho de 1966. 1º Cad. - p.3

CORDEIRO e Gonçalves foram ao Rio e entregam regulamentação do artigo 18. **Diário de Pernambuco**, Recife, 08 de junho de 1966. 1º Cad. - p.03

D. HELDER: Há colaboração leal entre Igreja e Estado no Brasil. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 de junho de 1964. p.8

DOM HELDER chegou e tomou posse hoje à tarde em Olinda. **Diário de Pernambuco**. Recife, 12 de abril de 1964. Cad. 1º - p.3

DOM HELDER faz sugestões para mais eficiente Ação Comunitária no Nordeste. **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 de dezembro de 1966, 2º Cad. p.2

DOM HELDER: todos devem trabalhar pró-desenvolvimento. **Diário de Pernambuco**. Recife, 18.07.1964. Cad. 1º - p.3

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classes.** Petrópolis: Vozes, 1981

ENCERROU-SE em Recife o Encontro do Nordeste. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 de

julho de 1965. p.20

ENCHENTES e “Coperbo” liberaram os maiores acontecimentos do Estado. **Diário de Pernambuco**, Recife, 1 e 2 de janeiro de 1966. 1º Cad. p.5

FESQUET, Henri. Marxistas e cristãos, diálogo comum. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 1967, Cad. Especial. p.8

GEN. SOUSA Aguiar visitou D. Helder. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1966. p.1

GONÇALVES recebeu Dom Helder Camara é Paraninfo. **Diário de Pernambuco**. 28 de agosto de 1964. Cad. 1 - p.3

MAIS milhões da USAID ao Nordeste. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 18.07.1964. Cad. 1º - p.12

MARROQUIM, Murilo. O “telefone vermelho” do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife. 18 de setembro de 1966, 1º Cad. - p.4

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. SP: Contexto, 2014.

O NOVO comandante do IV Exército quer paz. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1966. p.10

OPERAÇÃO Esperança começará amanhã: Guerra à miséria. **Diário de Pernambuco**, Recife. 05 de setembro de 1965. 1º Cad. - p.3

PE. HELDER e presidente reúnem-se por uma hora no Recife. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 16 de Agosto de 1966, 1º Cad. - p.3

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p.48

SOBRE agora a 15 mil o número de desabrigados. **Diário de Pernambuco**, Recife, 01 de junho de 1966. 1º Cad. - p.03

Recebido em: 30 de março de 2025

Aprovado em: 20 de julho de 2025